

MEIO AMBIENTE

“Políticas climáticas devem ser debatidas na sociedade”

Em entrevista, Jean Ometto fala sobre os impactos da questão ambiental

Márcia Dementshuk
Assessoria SECVT

Imagine a temperatura média estar 1,5 graus Celsius mais alta nas áreas sertanejas onde vivem cerca de 27 milhões de pessoas. Pesquisas demonstram que algumas sementes não germinariam em solo mais quente; os ciclos de chuvas mudariam; agricultores familiares seriam acometidos pelas dificuldades de sobrevivência. Aos poucos, as famílias procuram outros lugares para viver provocando um êxodo. Qual o impacto da migração dessas pessoas? Os impactos e soluções para as questões das mudanças climáticas foram debatidos no “Panorama das Políticas Climáticas na Paraíba e no Nordeste”, promovido pelo Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT) e pela Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (Seirhma), realizado nesta última semana no auditório do Sebrae, em João Pessoa. Durante o evento, Jean Pierre Ometto, coordenador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências do Sistema Terrestre do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) ponderou acerca de entraves para o andamento das políticas climáticas em entrevista especial.

A entrevista

■ *Quais são os empecilhos para o andamento das políticas climáticas?*

“Há um contexto de política e outro de indivíduo. Na sociedade há uma percepção de que mudança climática é algo que existe. As pessoas já ouviram falar e consideram um fato. Na política é diferente, entra em um universo complexo em diversos níveis e questões e mudança climática é uma delas. Mas esse tema perpassa todas: diversidade, desigualdade, acesso, recurso, distribuição espacial das pessoas, biodiversidade, infraestrutura. Precisa ser trazido para esse debate que é transversal em todos os elementos da sociedade. É um ponto de virada: questão climática não é uma bolha dentro do contexto político”.

■ *Qual a influência dos cientistas para as decisões políticas?*

“Existe uma transição do que é a questão ambiental (e climática) há 40 anos para o que é hoje. No Planeta há uma Convenção do Clima, de Biodiversidade, de Desertificação que dialogam nesse contexto, mas as decisões procedentes desse con-

texto são muito mais lentas do que deveriam ser. Os cientistas subsidiam essas organizações com informações e a expectativa da ciência, da academia é que as decisões [políticas] não estão acontecendo na urgência que deveriam acontecer, tanto no Brasil quanto fora dele. Há momentos em que ideologias particulares atrasam ainda mais o processo. Há países que passaram por momentos de negacionismo. E há o elemento de geopolítica, guerra, necessidade de energia... Contextos que não deixam de interferir”.

■ *Como a sociedade participa desse processo decisório?*

“Existe uma responsabilidade de quem está gerando essa informação na academia, na ciência como um todo, fazer com que essa informação chegue à sociedade de uma maneira intuitiva para que as pessoas incorporem isso no seu dia a dia. E o processo [a pressão social] de baixo pra cima influencia o processo decisório. E temos uma urgência para que isso aconteça porque estamos mudando muito pouco a trajetória das mudan-

ças climáticas”.

■ *Quando a aceleração das mudanças climáticas teve início?*

“A mudança climática ocorre pela mudança da composição da atmosfera. Isso está sendo alterado hoje [na maior parcela] por atividades humanas – majoritariamente pela queima de combustíveis fósseis. A referência acadêmico-científica para [a mensuração] desse contexto é a Revolução Industrial, quando se começou a usar de maneira mais intensa o combustível fóssil. Trouxe aceleração do uso e disponibilidade de recurso, necessários para a produção [dos bens de consumo] que usa o combustível fóssil lançando carbono para a atmosfera. Hoje emitimos 50% a mais de carbono do que na década de 1990. É um processo recente de superaceleração. No caso da concentração de CO2 na atmosfera, é o dobro do que era há 200 anos atrás. Considerando esse período de tempo na história do Planeta, é um lapso. Sendo muito rápidas essas mudanças, os ecossistemas têm dificuldades de se adaptar”.

■ *Qual a parcela social que mais sofre os impactos?*

“As populações mais vulneráveis econômica e socialmente são as mais suscetíveis às mudanças climáticas também. Imagina uma população que vive marginalmente numa área de manguezal: ela está sujeita ao aumento do nível do mar; o que agrava a desigualdade social, a falta de acesso, de recurso, problemas que têm que ser tratados como questões sociais sérias. Já vemos processos de migração de populações associadas a uma dificuldade de produção de alimentos. Os locais para onde essas pessoas vão têm estrutura para recebê-las? Elas continuarão à margem dos direitos sociais? Se isso acontece dentro de um mesmo país é de responsabilidade do país, mas não é o que ocorreu na Guatemala recentemente, quando as pessoas se dirigiram aos Estados Unidos. A origem pode não ser necessariamente ambiental, mas agrava a desigualdade”.



Jean Pierre Ometto é coordenador do Programa de Pós-Graduação do Inpe

Foto: Divulgação

■ *Como seria possível uma transição sustentável na agricultura na Caatinga?*

“Eu coordeno um projeto pelo Inpe, ficou conhecido como ‘Nexus’, que busca essa informação com os atores locais através de oficinas. Já foram realizadas na Bahia, na Paraíba e em Pernambuco. Busca-se a participação de representantes das diferentes esferas de produção. Pretendemos entender qual a percepção das pessoas do que é uma transição à sustentabilidade. Primeiro, identificar se o momento atual é sustentável e, se não for, quais as atitudes tomar para ser. O que vemos como problema – e isso se agrava com as questões climáticas – é o acesso a recurso, seja ele qual for: água para irrigação, subsídio para produção, insumos, tecnologia; apoio institucional. O nexus água-energia-alimento é justamente para olhar dentro desse contexto. O recurso água também é destinado para consumo humano, industrial, à biodiversidade... Em uma inter-relação. Isso passa por estratégias de adaptação e políticas públicas. Veja o exemplo da implantação de cisternas”.

[Projeto: “Transição para a sustentabilidade e o nexos água-agricultura-energia: explorando uma abordagem integradora, casos de estudo dos biomas Cerrado e Caatinga - Nexus”.]

■ *Há maneiras de conciliar a produção de energia eólica sem agravar problemas nas comunidades locais?*

“Temos um ponto de vista interessante, ao mesmo tempo dramático, para a questão da produção da energia eólica. A produção é neces-

sária, porém atinge as comunidades locais. Essa discussão tem que envolver a sociedade de uma forma transversal. Nós temos que transitar para uma energia mais limpa. Mas qual é o impacto dessa produção? Será que temos que produzir mais e mais? Ou será que temos que otimizar, reduzir perdas no uso, na transmissão? O que fica muito claro é que as soluções passem por fortalecimento institucional. Se não há uma estrutura Estado-dependente, não governo-dependente, se fortalece instituições que dão apoio a esse tipo de iniciativa. Como engajar parcelas da sociedade, associações de produtores, etc”.

■ *Qual o entendimento global por sustentabilidade?*

“Ambiente, sociedade e economia: esses são os pilares da sustentabilidade. Não há uma sustentabilidade direcional, ela tem que estar associada à questão social, à questão ambiental, e entra a questão econômica que modula a forma da sociedade de viver. A sociedade tem que ter um equilíbrio dentro desses elementos. Passa pelas variantes na questão social, de acesso, que já conversamos, na questão ambiental, de conservação, de respeito à biodiversidade, de serviços ecossistêmicos que passa pela questão econômica. As Nações Unidas lançaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, ODS. São 17 temas que vão desde a redução da fome, mudança climática, biodiversidade, energia... Tem indicadores que definem o quanto esse objetivo está sendo atingido. Esses pilares se traduzem para que isso seja um equilíbrio”.



Foto: Mano de Carvalho/Papeis

Pesquisas demonstram que algumas sementes não germinam em solo mais quente e os ciclos de chuvas também mudam, prejudicando a agricultura, e as famílias que moram nessas áreas atingidas teriam dificuldades de sobrevivência